

Inadimplência no Grande ABC fecha julho com alta de 9,53%

Inadimplência no Grande ABC fecha julho com alta de 9,53%

Às vésperas do fim do programa Desenrola, região atinge marca de 1,17 mi de negativados

JOÃO VITOR ESPINDOLA
Especial para o Diário
joaovitor@dgabc.com.br

A inadimplência no Grande ABC avançou 9,53% em um ano e atingiu a marca de 1,17 milhão de pessoas com nome sujo em julho deste ano. Às vésperas do fim do Desenrola Brasil 2.0, que está previsto para terminar amanhã, o valor também

cresceu, de R\$ 7,55 bilhões para R\$ 9,26 bilhões no mesmo período, alta de 22%.

O resultado chama atenção porque ocorre durante a vigência do programa do governo federal para renegociação de dívidas, com descontos de até 90%. Para economistas, porém, o avanço não significa necessariamente que a iniciativa tenha fracassado. Segundo eles, a me-

didada conseguiu aliviar a situação de parte dos consumidores, mas não alterou fatores que alimentam o endividamento, como juros elevados, renda comprometida e custo de vida.

Para Sandro Maskio, professor de Economia da Strong Business School, o principal efeito do programa foi permitir que consumidores trocassem dívidas caras por condições de pagamento mais favoráveis. O alcance, contudo, ficou abaixo da expectativa inicial do governo. O público-alvo são brasileiros que ganham até cinco salários mínimos, ou seja, R\$ 8.105.

Maskio também avalia que o impacto sobre o comércio foi limitado. Para ele, apenas as famílias que conseguiram reduzir de forma significativa o comprometimento da renda tiveram maior espaço para voltar a consumir. "O efeito sobre o fluxo do comércio é tímido."

Fábio Murad, sócio e fundador da Ipe Avaliações, se-

gue uma linha de avaliação semelhante, mas destaca o benefício da renegociação para o orçamento doméstico. "O principal mérito foi trocar uma dívida praticamente impagável por uma administrável."

Para Murad, a diferença está entre limpar o nome e permanecer fora da inadimplência. A renegociação reduz o passivo, mas não necessariamente aumenta a renda ou diminui as despesas da família.

Gabriel Uarian, analista-chefe da Cultura Capital, também considera que o programa funcionou como uma ajuda. Na visão dele, a renegociação pode liberar parte da renda para o consumo, mas o efeito tende a perder força depois do encerramento. "Foi um alívio momentâneo. O programa ajuda a organizar as contas de quem estava afogado, mas não muda as causas do endividamento", afirma.

A dificuldade, de acordo com os especialistas, está em evitar que o consumidor volte ao mesmo ciclo. Murad destaca que a inadimplência muitas vezes não decorre de uma única conta, mas de um orçamento que já estava comprometido antes da renegociação.

OUTROS ÍNDICES

A CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo) indica que o endividamento das famílias brasileiras atingiu o recor-

de de 82% em julho de 2026. A taxa de inadimplência média total registrada pelos bancos nas operações de crédito subiu de 4,6% para 4,9% de junho para julho. O indicador considera operações com atraso superior a três meses de pessoas físicas e empresas. Os dados do Banco Central indicam que o valor atingiu o maior desde o início da série histórica, em março de 2011.

TERMO

O Ministério da Fazenda aponta que o Desenrola 2.0 já renegociou mais de R\$ 22 bilhões. Os juros oferecidos nos termos são de, no máximo, 1,99% ao mês, com descontos de 30% a 90% no valor principal da dívida. Para aderir, o cidadão deve procurar diretamente os canais oficiais do banco ou instituição financeira em que tem a conta em aberto.

Thaís Durso, educadora financeira da Rico, indica que a renegociação deve ser vista como o começo do processo, e não como o ponto final. Aderir ao programa sem mudança de hábitos pode não surtir efeito. "Os primeiros meses após o acordo são a janela mais valiosa para reorganizar gastos, montar uma reserva de emergência e reduzir a dependência de crédito caro. Também vale aproveitar esse período para revisar despesas recorrentes, evitar novos parcelamentos e reconstruir gradualmente uma margem de segurança para lidar com imprevistos."

Mapa da inadimplência no Grande ABC

	Inadimplências			Valor total em R\$		
	Julho 2025	Julho 2026	Variação	Julho 2025	Julho 2026	Variação
Santo André	277.766	310.015	11,61%	2,04 bi	2,52 bi	23,40%
São Bernardo	328.269	365.006	8,14%	2,45 bi	3,00 bi	22,61%
São Caetano	52.317	66.166	7,35%	601,39 mi	654,67 mi	22,57%
Duque de Caxias	179.348	197.081	9,88%	1,08 bi	1,31 bi	21,55%
Mauá	179.012	196.352	9,12%	1,08 bi	1,33 bi	22,86%
Ribeirão Preto	41.401	45.542	10%	291,45 mi	362,33 mi	24,31%
Rio Grande da Serra	18.631	20.191	8,37%	100,91 mi	122,64 mi	21,53%
GRANDE ABC	1.076.724	1.179.352	9,53%	7,55 bi	9,26 bi	22%

Fonte: Banco

Apresenta: Fátima e Roberto de Amor

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Economia Pagina: 6